



3.ª EDIÇÃO DA BIENAL DE LUANDA 2023 – FÓRUM PAN-AFRICANO PARA A CULTURA DE PAZ

(22 A 24 Novembro de 2023/ Hotel Intercontinental - Luanda)

COMUNICADO FINAL

O Governo da República de Angola, a União Africana e a UNESCO realizaram, de 22 a 24 de Novembro de 2023, em Luanda, Capital da República de Angola, a 3.ª Edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz e Não-Violência – Bienal de Luanda, sob o tema **“Educação, Cultura de Paz e Cidadania Africana como Ferramentas para o Desenvolvimento do Continente”**.

O evento contou com a presença de 790 participantes, com destaque para as seguintes entidades:

1. Presidente da República de Angola
2. Presidente da República Democrática Federal da Etiópia
3. Presidente da República de São Tomé e Príncipe
4. Presidente da República de Cabo Verde
5. Presidente da Comissão da União Africana
6. Director Geral Adjunto da UNESCO
7. Vice-Presidente da República de Angola
8. Vice-Presidente da República da Namíbia
9. Primeiro Ministro da Guiné Equatorial
10. Antigo Presidente da Nigéria
11. Antigo Presidente de Moçambique
12. Antiga Presidente da Malawi
13. Antigo Presidente da África do Sul



14. Secretária-Geral do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola.

O Fórum contou, igualmente, com as seguintes entidades:

a) Da União Africana

1. Comissária da União Africana para a Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.
2. Comissário da União Africana para Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.
3. Comissário da União Africana para o Desenvolvimento Económico, Comércio, Turismo, Indústria e Minerais.
4. Comissária da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável.
5. Enviada especial do Presidente da Comissão da União Africana para as Mulheres, Paz e Segurança.

b) Da UNESCO

1. Director Regional para a África Central da UNESCO Yaoundé.
2. Representante da UNESCO junto da União Africana.
3. Representante da UNESCO para o Congo Democrático e Angola.

c) Da República de Angola

1. Membros do Executivo
2. Representantes do Poder Legislativo
3. Representantes do Poder Judicial
4. Corpo Diplomático Acreditado em Angola
Membros de partidos políticos com assento parlamentar
5. Representantes de autoridades eclesiásticas



6. Representantes do poder tradicional
7. Representantes de instituições financeiras e de associações empresariais
8. Artistas nacionais e estrangeiros
9. Representantes de associações juvenis
10. Académicos e estudantes universitários
11. Jovens e sociedade civil.

d) Outras entidades

1. Directora Executiva do Grupo Banco Mundial para Angola, Nigéria e África do Sul
2. Coordenadora de Programas e Projectos, Organizações das Mulheres Indígenas Africanas da Rede de África Central, Camarões
3. Presidente da Comissão Executiva do Afreximbank
4. Heroína da Conferência Regional HERStory e ex-Ministra da Defesa da África do Sul
5. Conselheira do Presidente da Guiné-Bissau para a Política Externa
6. Heroína da Conferência Regional HERStory, General reformada das Forças Armadas Angolanas e Secretária Regional da Organização Pan-Africana de Mulheres para África Austral
7. Professor Ganês de Cristianismo Africano, Doutor e Reverendo.

A 3.^a edição da Bienal de Luanda visou os seguintes objectivos:

- a) Aprofundar a partilha de visões sobre a cultura de paz, segurança, cidadania africana, democracia em África, com a edificação de sociedades mais pacíficas, transformando atitudes e abordagens nos domínios político, económico e



social, para o fortalecimento dos pilares do progresso integral do continente;

- b) Continuar a trabalhar com a União Africana nos processos de preparação e realização de actividades inerentes à paz e estabilidade em África, no quadro da Agenda do Presidente da República de Angola e Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em África, João Manuel Gonçalves Lourenço;
- c) Desenvolver trabalhos com a UNESCO na definição de Planos de Acção para a promoção da educação, ciência e divulgação da arte em prol do fomento da Cultura de Paz e Não-Violência;
- d) Incentivar a reflexão sobre as vantagens da implementação da educação de qualidade, da cidadania africana, da integração continental, da acção climática, do uso de energias renováveis e de tecnologias de informação e de comunicação, do empoderamento das mulheres e meninas, bem como a consolidação da governação democrática e do Estado de direito em África.

O programa do evento incluiu seis (6) painéis de discussão, além de actividades paralelas, nomeadamente:

- a) A 1.^a Conferência Nacional Ecuménica sobre o Resgate de Valores Morais, cívicos e Religiosos;
- b) Diálogo Intergeracional sobre o Clima;
- c) Exposição de obras de arte e visita a museus e monumentos históricos.

1. Sessão de Abertura



A sessão de abertura do evento foi feita pela Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço. Na sua comunicação, o Presidente da República de Angola frisou que, desde a realização da 1.ª edição, o Fórum tem vindo a constituir-se numa plataforma privilegiada de interação e reflexão colectiva, empenhada no reconhecimento, na difusão e valorização dos conceitos, princípios e boas práticas, tendentes à construção de um futuro mais pacífico para o nosso continente, berço de uma rica e complexa diversidade cultural, dentro da qual se entrelaçam povos com crenças, línguas e práticas diferentes.

Defendeu, igualmente, que a criação e consolidação de uma cultura de paz em África deve ser um passo fundamental para se estabelecer um clima e condições essenciais para que os povos e nações africanas se dediquem, com todo o seu empenho, nas tarefas da promoção do progresso e do desenvolvimento continental.

O discurso do Presidente da República de Angola foi antecedido da mensagem de boas-vindas da Ministra de Estado para a Área Social da República de Angola, e das intervenções do Presidente da Comissão da União Africana, bem como do Director Geral Adjunto da UNESCO.

3. Painéis Temáticos

Os participantes abordaram os seguintes temas e considerações:

a) Diálogo de Alto Nível com Jovens como Actores na Promoção da Cultura de Paz e Transformações Sociais do Continente

Neste painel, os jovens interagiram com Chefes de Estado e de Governo, antigos Chefes de Estado e Conselheiros da União Africana, tendo resultado nas seguintes recomendações:



- Continuar a promover a criação de fóruns de diálogo intergeracional regulares, e garantir uma comunicação contínua entre líderes políticos e jovens.
- Implementar acções que assegurem a participação activa dos jovens em processos decisórios, para garantir que suas vozes sejam não apenas ouvidas, mas também integradas nas políticas e estratégias públicas e privadas.
- Os governos devem avaliar a possibilidade de se proceder à revisão dos sistemas educacionais, priorizando a formação e capacitação dos jovens, de forma a compreenderem melhor os processos políticos e a desempenharem papéis mais significativos na sociedade.

b) Tecnologia e Educação como Ferramentas para Alcançar a Igualdade de Género

- Fomentar a inclusão digital nas comunidades, sobretudo no meio rural, promovendo o acesso igualitário de meninos e raparigas às tecnologias e formulando o fortalecimento de políticas públicas para a igualdade de género.
- Promover parcerias dos sectores público-privados na promoção do acesso às tecnologias digitais inclusivas.
- Massificar centros de investigação científica e programas de resiliência para lidar com as alterações climáticas.
- Trabalhar com a UNESCO para definição de um Plano de Acção que visa a promoção da educação, da ciência, bem como a divulgação da cultura e arte em prol do fomento da Cultura de Paz e Não-Violência.



- Expandir a cultura de paz e uso eficiente das tecnologias digitais como elementos críticos para a cultura de paz.
- Efectuar o alinhamento efectivo para a materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o Objectivo n.º 5, referente ao acesso à tecnologia.

c) Papel das Mulheres nos Processos de Paz, Segurança e Desenvolvimento

- Garantir o alinhamento das acções de empoderamento das mulheres em matéria de resolução de conflitos, observando a Carta Africana de Direitos e a Resolução 1325 das Nações Unidas.
- Formular estratégias de resolução de conflitos, baseando-se na experiência e visão africana, com base no aumento do número de mulheres nas missões de prevenção e resolução de conflitos.

d) Processo dos Sistemas Educativos, Práticas Inovadoras de Financiamento no Contexto Africano

- Desenvolver políticas e programas que incentivem iniciativas inovadoras lideradas pelos jovens, incluindo investimentos em pesquisa, financiamento e apoio para transformar ideias em soluções práticas.
- Estabelecer parcerias entre líderes políticos e jovens em projectos económicos e sociais que beneficiem a sociedade como um todo.

e) Desafios e Oportunidades do Continente Africano e as Perspectivas de Crescimento Económico



- Desenvolver a implementação de políticas que promovam a autonomia económica de mulheres, proporcionando oportunidades de emprego, acesso a recursos financeiros e capacitação em habilidades relevantes.
- Fortalecer parcerias multissetoriais, que envolvam a colaboração com organizações da sociedade civil, sector privado, organismos internacionais e outras partes interessadas para fortalecer as iniciativas em prol da igualdade de género e da paz.
- Garantir investimentos de adaptação sensível aos jovens, com a participação activa das mulheres, incluindo em documentos de estratégia e planeamento, como Planos Nacionais de Adaptação, Pactos de Investimento em Adaptação e outros, garantindo, assim, uma paz duradoura, e inclusiva.

f) Mudanças Climáticas: Desafios Éticos, Impacto, Adaptação e Vulnerabilidades

- Manifestar a preocupação pelo facto de África quase não se beneficiar das vantagens financeiras e empresariais, associadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do protocolo de Quioto.
- Reconhecer a importância estratégica para o desenvolvimento dos mercados de carbono em África, no sentido de promover o crescimento, a produção de crédito de carbono no continente, tal como definido na Declaração de Nairobi, sobre as alterações climáticas.
- Observar a declaração do princípio de ética em relação às alterações climáticas adoptado pela UNESCO, como verdadeiro guia para os países africanos.



- Capacitar em mecanismos de acesso ao Mercado de Carbono para os países africanos, de forma a melhor beneficiarem desta iniciativa.

4. Conclusão e recomendações

Os participantes saudaram o Presidente angolano João Manuel Gonçalves Lourenço pela realização da 3.^a edição da Bienal de Luanda, encorajaram o Presidente em continuar a trabalhar para manutenção da Bienal de Luanda, como um espaço de reflexão, escuta e troca de ideias entre jovens, Chefes de Estado e de Governo, líderes empresariais e outros decisores políticos e partes interessadas sobre questões que dizem respeito à juventude, incluindo como alcançar o dividendo demográfico e concretizar a Agenda 2063 e os ODS.

Os países membros da União Africana devem continuar a desenvolver acções com vista a garantir a relevância e uma maior implementação da Carta da juventude africana nos países que visa contribuir para o silenciar das armas e reforçar o compromisso da promoção da cultura de paz, educação, cidadania africana, reconciliação e harmonia, como factores determinantes para o desenvolvimento dos povos africanos.

A União Africana e a UNESCO reiteraram o empenho na promoção da Agenda da Bienal de Luanda nas próximas edições.

Os participantes ao evento saudaram a iniciativa do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola, pela promoção da conferência ecuménica sobre o resgate dos valores morais e cívicos na sociedade.

Os participantes da 3.^a edição da Bienal de Luanda reconheceram o importante papel desempenhado pelo Presidente da República de Angola e Campeão da União Africana para a Paz e Reconciliação em



África, João Manuel Goncalves Lourenço, por ter mobilizado os Chefes de Estado e de Governo a participarem no evento de promoção da cultura de paz no continente.

Luanda, a 23 de Novembro de 2023.